

AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DO SPED

Emmanuel Lopes dos Anjos¹

Liliane Cristina Segura²

Rute Abreu³

Resumo

Nos últimos anos, os serviços profissionais de contabilidade vêm sendo impactados de forma importante por conta da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), criando um ambiente de desafios para as empresas de serviços contábeis, como o negócio em si, os sócios e funcionários. Diante da necessidade de adaptação da contabilidade perante às constantes mudanças nas obrigações impostas pela Receita Federal, o objetivo deste artigo foi identificar quais efeitos, na percepção dos gestores de escritórios de contabilidade, em relação ao aumento ou diminuição de serviços e impacto em novos serviços, ocorridos nos departamentos de contabilidade, fiscal, departamento pessoal, informática e financeiro em seus escritórios mediante a necessidade de atender as obrigações do SPED de seus clientes, tendo como base entrevistas a escritórios contábeis no Rio de Janeiro. O método de análise desta pesquisa é qualitativo através de estudos de caso múltiplos. Na pesquisa foi observado o atendimento ao SPED levou aos escritórios de contabilidade a ter um aumento considerável retrabalho por causa das mudanças de layout dos programas de entrega da declaração, aumento de custos relacionados a horas extras, necessidade de contratação de pessoal com maior qualificação e investimento em sistemas e tecnologia de informação. Por outro lado, foi percebido que o SPED trouxe maior segurança no que se refere à ao tratamento da informação e sua qualidade, pois criou um ambiente menos propício a riscos de fraudes.

Palavras-chave: SPED, Governo Eletrônico, Contabilidade

¹ Mestre em Contabilidade pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Professor Assistente da Faculdade Trevisan.

² Doutora em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

³

Abstract:

In recent years, professional accounting services have been significantly impacted by the implementation of the Public Digital Bookkeeping System (SPED), creating a challenging environment for accounting services companies, such as the business itself, the partners and employees. The general objective of this work is to identify the effects of the implementation of SPED on professional accounting services observed by accounting office managers. The method of analysis of this research is qualitative through multiple case studies. In the survey it was observed the attendance to the SPED led to the accounting offices to have a considerable increase in rework because of the layout changes of the delivery programs of the statement, increase costs related to overtime, need to hire more qualified personnel and investment in information systems and technology. On the other hand, it was perceived that SPED brought greater security with regard to the treatment of information and its quality, since it created an environment less conducive to fraud risks.

Keywords: SPED; Electronic Government, Accounting

1 Introdução

É uma tendência a informatização da contabilidade e, espera-se, a diminuição do retrabalho nos escritórios contábeis. A tecnologia a serviço do governo e dos escritórios contábeis pode ser extremamente importante nos próximos anos para mudar o perfil do trabalho do contador. No entanto, a adaptação destes escritórios vai depender da forma como os empresários contábeis encaram o uso da tecnologia e como eles utilizam ela a seu favor.

Nos últimos anos, os serviços profissionais de contabilidade vêm sendo impactados de forma importante por conta da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), criando um ambiente de desafios para as empresas de serviços contábeis, como o negócio em si, os sócios e funcionários, conforme a pesquisa de (Ruschel, Frezza, & Utzig, 2015).

Para Iudicibus, Martins, & Carvalho (2005), a atividade de contabilidade é um campo de conhecimento para formação dos agentes decisórios nos mais variados níveis. É fruto do estudo dos fatos econômico-financeiros de uma entidade. Ainda segundo Iudicibus, Martins, & Carvalho, (2005), a atividade de contabilidade, como sistema de escrituração como hoje conhecemos, surgiu por meio da interação e da integração de um considerável número de eventos e fatores históricos, contando com a participação de vários povos e civilizações. Todos esses fatores influenciaram e moldaram a atividade contábil que conhecemos.

O SPED faz parte de um projeto do Governo Federal do Brasil, que se convencionou chamar de Governo Eletrônico. Conforme Medeiros & Guimaraes (2005) a definição de Governo eletrônico pode ser definida como um serviço público, que é feito via internet e que é oferecido pelo governo e suas agências e que habilita o público a concluir as transações entre governo e empresas/pessoas através deste serviço.

Conforme o estudo de Diniz, Barbosa, Junqueira, & Prado (2009), embora a ideia de Governo Eletrônico seja associada ao seu uso no setor público de tecnologias de informação, por exemplo, o uso da internet, segundo os autores, o objetivo base do sistema de Governo Eletrônico é modernizar a administração pública e aumentar a eficiência dos processos operacionais e administrativos dos governos.

As origens do sistema de Governo Eletrônico, no Brasil, foram dadas por meio da criação do Grupo de Trabalho Interministerial, que surgiu por força do Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (Medeiros & Guimaraes, 2005). Esse grupo de trabalho tinha a finalidade de examinar e propor políticas, normas e diretrizes referentes a formas eletrônicas de interação dos sítios do Governo Brasileiro. Posteriormente, em outubro do mesmo ano, foi criado o Comitê Executivo do Governo Eletrônico (CEGE), ao qual coube definir os papéis que diversos órgãos da administração pública iriam executar em termos de ações e de normas, que deram condições para a existência do ambiente institucional que se intitula E-Governo. O ambiente institucional consiste na utilização da internet e da web para ofertar informações e serviços governamentais aos cidadãos (Medeiros & Guimaraes, 2005).

Em 2007, o Governo Federal, por meio da Lei 6.022, de 22 de janeiro de 2007, instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). O SPED faz parte de um conjunto de iniciativas lançadas pelo Governo Federal, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e seu grande objetivo é substituir diversas declarações acessórias que visam a demonstrar o cumprimento das obrigações fiscais junto ao fisco por parte dos contribuintes. Até então, esses contribuintes eram obrigados a enviar as declarações em meio físico (por meio de formulários

em papel). Nesse momento, esses documentos impressos foram substituídos por declarações eletrônicas, enviadas via internet (Brasil, 2007).

Assim, o SPED pode ser definido como um conjunto sistêmico de recepção, validação e armazenamento da escrituração fiscal e comercial dos contribuintes, conforme Diniz, Barbosa, Junqueira, & Prado (2009). Ainda segundo os autores, o método beneficia os contribuintes em termos de eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias; redução da possibilidade de erros de escrituração, diminuindo a quantidade de multas fiscais; redução de custo atrelado ao consumo de formulários em papel e impressões; e, por último, armazenamento de documentos em meio físico.

Além do objetivo de alcançar maior agilidade no que se refere ao contato com as informações fiscais e comerciais dos contribuintes, outro objetivo da Receita Federal, por meio do SPED, é a diminuição dos ilícitos tributários por parte dos contribuintes, pois a burocracia, por meio de documentos físicos, cria um ambiente favorável à existência desses ilícitos (Diniz, Barbosa, Junqueira, & Prado, 2009).

Por intermédio do SPED, os órgãos fiscalizadores das fazendas municipais, estaduais e federal têm uma interação com o contribuinte no mesmo momento em que a empresa contribuinte processa um fato, como a emissão de nota fiscal (eletrônica) mediante a venda de um bem ou o oferecimento de um serviço.

Essa interação é importante e rápida, de modo que os órgãos de governo podem aumentar ou diminuir a quantidade de informação solicitada e não precisam necessariamente fazer a fiscalização na empresa, exceto em casos específicos. Como os dados todos na base do Governo, o acesso às informações da empresa é muito mais detalhado. No entanto, existe uma série de pré-requisitos necessários para que esta base seja constituída, como por exemplo, o hardware utilizado pela empresa, o nível de segurança do seu sistema de informação, o treinamento de funcionários para utilização deste sistema e a rapidez com que todos os requisitos solicitados pelo governo sejam processados na forma determinada.

Sabendo deste nível de detalhe e requisitos solicitados pelo Governo e também conhecendo a quantidade de obrigações acessórias e complexidade no cumprimento dos tributos já existentes; assim como o despreparo das empresas no fornecimento de informações, é de se esperar que haja dificuldades nas empresas contábeis para cumprir com as informações que estão sendo exigidas pelo Governo.

Diante deste contexto, a pergunta deste trabalho de pesquisa é: *Quais efeitos foram identificados pela percepção dos gestores de escritórios de contabilidade em relação ao aumento ou diminuição de serviços e impacto em novos serviços, ocorridos nos departamentos de contabilidade, fiscal, departamento pessoal, informática e financeiro em seus escritórios mediante a necessidade de atender as obrigações do SPED de seus clientes?*

O objetivo geral deste trabalho é identificar quais foram os efeitos da implantação do SPED nos serviços profissionais de contabilidade observados pelos gestores de escritórios de contabilidade.

Os objetivos específicos do trabalho são: a) Observar quais são os departamentos internos do escritório contábil mais afetados pela necessidade do atendimento via plataforma SPED; b) Verificar os departamentos em que os gestores e os empresários contábeis esperam concentrar maiores investimentos para atender o cumprimento das obrigações SPEDs; c) Analisar se foram

observadas oportunidades de vendas de novos serviços contábeis oriundas da necessidade do atendimento da plataforma SPED.

A pesquisa exploratória foi feita por meio de análise qualitativa, com base em um questionário respondido pelos empresários e/ou por gestores nos serviços contábeis. Gestores nos escritórios de contabilidade são definidos como funcionários que ocupam cargos de responsabilidade na prestação de serviços contábeis junto aos clientes da empresa de contabilidade e, neste caso, falam em nome da empresa de contabilidade.

A contribuição é entender os efeitos ocorridos em firmas que prestam serviços de contabilidade, como também identificar os impactos nos negócios de prestação de serviços contábeis após a implementação do SPED.

2 Referencial teórico

Antes do SPED, a escrituração fiscal era feita de forma manual ou disposta em relatórios e livros em papel. Dessa forma, somente podia ser auditada de forma presencial por parte dos auditores e dos fiscais das referidas instâncias fazendárias. Nesse contexto, alguns equívocos passavam, muitas vezes, de forma despercebida. Essa realidade também era cômoda para as empresas e para os profissionais de contabilidade, porém, com o advento da plataforma SPED e a introdução da nota fiscal eletrônica e de regras fiscais criteriosas, qualquer tipo de equívoco no processo de escrituração fiscal não passará despercebido por parte dos órgãos fazendários, devido ao poderoso sistema de cruzamentos eletrônicos de dados.

Faria, Finatelli, Geron, & Romeiro (2010), na busca por entender a percepção dos contribuintes em relação aos impactos da adoção do SPED, informam que o Governo Brasileiro, em termos de governo eletrônico, empregou os modelos de países como Espanha, Chile e México. Ao pesquisar por nomes de empresas envolvidas em pelo menos um dos grandes subprojetos do SPED, verificou-se que não foram obtidos resultados satisfatórios por parte das empresas entrevistadas em termos de redução no tempo da emissão da nota fiscal, maior agilidade na produtividade de recebimento de mercadorias e redução na aquisição de papel. O ponto positivo observado na pesquisa foi uma percepção dos entrevistados com relação a uma expectativa positiva que, no futuro, o SPED poderá propiciar uma diminuição dos riscos de fraudes e dos custos operacionais.

Neves Junior, Oliveira, & Carneiro (2011) em sua pesquisa exploratória sobre o SPED junto a vinte empresas onde foi estudado os benefícios e desafios durante a implantação do SPED constatou em seu estudo principalmente no que se refere as implantações e parametrizações de sistemas de informação utilizadas para processamento da informação contábil. Também não foi percebido, pelo público pesquisado, a maior parte dos benefícios propagados pela Receita em relação ao SPED, exceto o fato de maior segurança para geração da informação contábil.

Zwitters (2013) pesquisou a respeito dos impactos pela inovação tecnológica nos escritórios de contabilidade do Rio Grande do Sul. Nesse estudo, foi feita uma abordagem sobre a inovação tecnológica de uma maneira geral, incluindo o SPED como inovação. A conclusão de Zwitters (2013) foi de que as necessidades de envio de informações para os clientes e para as entidades fiscalizadoras representaram um aumento na complexidade da execução de serviços, no caso da Tecnologia da Informação (TI). Isso acarretou para os empresários contábeis pesquisados um aumento dos gastos com TI, treinamento e aumento de folha devido à necessidade de contratação de mão de obra com melhor qualificação, o que não significou uma diminuição ou

uma substituição de quadros, mas sim um aumento. Porém, segundo o autor, esse investimento não foi proporcional aos honorários cobrados aos clientes desses escritórios de contabilidade. Como fator positivo advindo dos impactos das inovações tecnológicas, foi destacado o aumento da rapidez na obtenção de informação interna e externa do escritório de contabilidade e maior segurança dessa informação.

A maioria dos estudos anteriores analisou o efeito do SPED nos escritórios de contabilidade durante os anos iniciais pós-advento desta obrigação de assessoria fiscal. Este estudo é realizado após dez anos da promulgação da lei do SPED e foi aplicado em escritórios de contabilidade de variados portes e tempo de existência, que têm em comum o fato de estarem localizados na segunda maior metrópole brasileira, a cidade do Rio de Janeiro.

Um vez que o SPED vem se consolidando ao longo destes dez anos como um dos principais instrumentos de observação do comportamento fiscal dos contribuintes por parte da administração governamental como também análise de dados financeiros e patrimoniais das entidades contribuintes, este trabalho irá contribuir para identificar quais são as áreas que demandam e continuarão a demandar investimentos por parte dos empresários de escritórios de contabilidade no futuro para atender as obrigações do SPED de seus clientes.

3 Metodologia

Esta pesquisa é exploratória conforme definida por Sampieri, Collado, & Lucio (2013) pois tem como objetivo entender o objeto que se estuda e serve como referência e base para novas pesquisas.

Sampieri, Collado, & Lucio (2013) define os estudos qualitativos como aqueles que abordam coleta de dados utilizando técnicas que não mensuram e nem associam o resultado numérico à análise da pesquisa. Esse método não permite a generalização dos resultados e também não tem como utilizar uma amostra representativa que seja possível expandir para populações mais amplas.

Dessa forma, o método de análise desta pesquisa é qualitativo, por fornecer profundidade aos dados e oferecer um ponto de vista recente dos fenômenos abordados, assim como flexibilidade para tratar os elementos.

Na análise foi utilizado o estudo de caso, que é definido por Severino (2014), como um tipo de pesquisa de um único caso em particular, que pode ser considerado representativo em um conjunto de casos análogos. Este caso, por si, pode ser significativamente representativo de forma a ser apto a dar fundamento para outros casos existentes em situações iguais, autorizando interferências. Para Yin (2015), o estudo de caso é a melhor forma de responder questões básicas sobre o “como?” e o “por quê?” a respeito de um assunto específico.

Como os escritórios contábeis possuem características e tamanhos diferentes, optou-se por utilizar o estudo múltiplo de casos. Esse estudo foi aplicado em seis escritórios de contabilidade de pequeno, médio e grande porte, localizados em municípios do Estado do Rio de Janeiro. Tais escritórios apresentam realidades de clientes e níveis de complexidade distintos.

Foi utilizado um roteiro de entrevistas com cada um dos escritórios de contabilidade da cidade do Rio de Janeiro. O roteiro foi utilizado para entrevistar os proprietários e os sócios e ou gestores desses escritórios contábeis. O critério utilizado para a escolha dos escritórios de

contabilidade foi a partir de dados de contatos do círculo de relacionamento profissional do pesquisador e autor desta pesquisa. Os dados dos escritórios respondentes tiveram como base o ano findado em 2016.

A amostra utilizada foi não probabilística com um procedimento de seleção informal (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013), Os dados foram analisados qualitativamente, considerando-se o padrão de respostas obtido. Através da análise das respostas obtidas foram observadas as principais informações em cada entrevista, identificando as informações que se aproximavam entre as entrevistas e fazendo a análise dos resultados, que está sendo apresentada no próximo item.

4 Resultados

Em relação ao perfil dos escritórios pesquisados, todos estão localizados na cidade do Rio de Janeiro, devido ao fato de que o pesquisador, por também ter sua base profissional nesta cidade, tem um maior relacionamento profissional com o público de respondentes. A pesquisa aplicada em 6 escritórios contábeis. No que se refere ao tempo de existência dos escritórios respondentes a pesquisa, quatro escritórios têm tempo de existência entre 1 a 4 anos; um tem tempo de existência entre 5 a 10 anos e o outro escritório tem atividade há mais de 20 anos. Note-se que os escritórios com perfil de 1 a 4 anos de existência, embora tenham pouco tempo de existência, seus diretores e sócios têm mais de 20 anos de experiência profissional na área contábil, trabalhando em outros escritórios de contabilidade mais antigos ou oriundos de firmas de auditoria e consultoria contábil. Em termos de faturamento, tomando-se como base o ano de 2016, dois escritórios declararam faturamento de até R\$ 100 mil; um entre R\$ 100 mil a R\$ 1 milhão, um entre R\$ milhão a R\$ 5 milhões; um entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões e o último acima de R\$ 10 milhões. Em relação a quantidade de funcionários, três escritórios declararam ter entre 31 a 50 funcionários, dois escritórios informaram que tinha de 11 a 20 funcionários e um escritório informou ter de 1 a 10 funcionários. A pesquisa buscou escritórios de tamanhos e realidades diversas propositalmente de forma a coletar as percepções de gestores de escritórios diversos.

A segunda parte do questionário teve como objetivo coletar as impressões dos respondentes a respeito da plataforma SPED, que é o objetivo principal deste estudo. Inicialmente, a pesquisa buscou entender a quantidade de clientes que demandam de soluções SPED. Ao serem perguntados a respeito da quantidade de clientes obrigados a atender às declarações do SPED, cinco escritórios responderam que atendiam até 50 clientes obrigados a entregar as declarações do SPED e um escritório informou ter mais de 200 clientes obrigados a essa obrigação acessória. Com isso, é possível observar que todos os escritórios possuem clientes demandados pela Receita Federal e demais autoridades fiscais (por meio de convênios entre entes municipais e estaduais com a Receita) por meio da plataforma SPED, e essa demanda é relativamente grande.

Quando questionados sobre qual a área do escritório que, para atender às declarações do SPED dos seus clientes, obteve maior impacto, todos os seis escritórios respondentes indicaram que as áreas contábil e fiscal. Dois escritórios elegeram além da área contábil e fiscal as áreas financeiro e informática e outro escritório indicou a área de departamento pessoal como também área impactada pelo atendimento ao SPED, juntamente as áreas contábil e fiscal.

Todos os escritórios respondentes indicaram que os Departamentos de Contabilidade e Departamento Fiscal foram os mais impactados pela necessidade de atendimento aos SPEDs. Essa afirmativa não surpreende ao se fazermos uma correlação entre os módulos de SPED,

conforme Quadro 1 que sintetiza a base da informação para fins de SPED conforme descrição da Receita Federal do Brasil (2015) .

Quadro 1. Módulos SPED por tipo de informação requerida.

Módulo	Descrição	Base da Informação	
Cte	Conhecimento de Transporte Eletrônico		Fiscal
ECD	Escrituração Contábil Digital	Contábil	
ECF	Escrituração Contábil Fiscal	Contábil	Fiscal
EFD ICMS IPI	Escrituração Fiscal Digital ICMS e IPI		Fiscal
EFD Reinf	Escrituração Fiscal Digital Retenções Previdenciária	Fiscal	Folha de Pagamento
E-Financeira	Escrituração Financeira	Contábil	Financeiro
E-Social	Escrituração Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas	Fiscal	Folha de Pagamento
MDF-e	Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	Fiscal	
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica	Fiscal	
NF-S	Nota Fiscal Eletrônica de Serviços	Fiscal	

Fonte: Adaptado de (Receita Federal do Brasil, 2015).

É percebido pelo Quadro 1 que a informação fiscal é requerida em oito dos dez módulos do SPED, o que ajuda a entender o fato de que todos os respondentes indicaram o Departamento Fiscal como um dos departamentos que perceberam maior impacto ao atender às necessidades do SPED. Contudo, o leitor pode questionar o fato de que o Departamento Contábil foi notado como departamento de igual percepção de impacto para atender ao SPED, uma vez que a informação contábil é requerida em três módulos dos dez que compõem a plataforma SPED. No entanto, é importante salientar que toda informação fiscal, de folha de pagamento e financeira, é refletida em registros contábeis, e o módulo ECD, que trata da informação contábil e fiscal, é um consolidador da informação dos demais módulos. De forma que, como a Receita faz o cruzamento das informações dos módulos do SPED, conseguimos entender que a contabilidade, por ser um repositório de todos os registros da entidade, conforme define Gasparetto (2014), e por ser a área responsável pelo processamento das informações contábeis, sofre bastante impacto ao atender à plataforma SPED.

Todavia, a área de Informática dos escritórios de contabilidade, que a princípio não é uma área que fornece dados para o preenchimento do SPED, é percebida em termos de impacto na mesma proporção que a área financeira. Ao questionar os respondentes que deram essa resposta, foi notado que o impacto da área de informática é notado pela necessidade de dar condições operacionais às áreas de negócios dos escritórios de contabilidade no que se refere ao SPED. O envolvimento da área de informática, no que se refere ao suporte a sistemas do escritório e manutenção das máquinas, condições de conectividade e velocidade dos dados sistêmicos, foram notados como impactados pela necessidade do escritório em atender às declarações SPED dos seus clientes. Essa conclusão a respeito da área de informática também é observada no trabalho de Zwirter (2013).

Por fim, outro dado obtido dos respondentes foi que áreas como de consultoria e comercial não foram notadas como impactadas pelo SPED, o que pode levar ao entendimento que veremos mais à frente, que a necessidade de atendimento ao SPED pode não ter contribuído para novas atividades do escritório no que se refere à geração de novos serviços e novas receitas desses novos serviços. No trabalho de Zwirter (2013), o autor concluiu que os investimentos realizados

pelos escritórios de contabilidade em informática, treinamento e contratação de pessoal não foram proporcionais à geração de receitas nesses escritórios.

Das áreas responsáveis pela geração de informações ao SPED, foi perguntado qual área que percebida de forma mais negativa e mais positiva. Em relação ao impacto negativo, quatro escritórios informaram que a área fiscal precisou aumentar muito a equipe para cumprir as obrigações e que o tempo foi restrito para fazer os treinamentos necessários. Além disso, a mudança constante de layout feita pela Receita Federal causa aumento do retrabalho nos escritórios e, constantemente, aumento de custos. Três escritórios informaram que, além da área fiscal, a área contábil e departamento pessoal também precisaram aumentar treinamentos e pessoal, impactando em aumento de custos, sem contrapartida de receitas. Sobre a percepção positiva os escritórios entrevistados, apenas um dos escritórios comentou que, apesar da adaptação inicial, acredita que haveria agilidade nos processos do escritório

Com base nas respostas transcritas, a percepção negativa por parte dos respondentes está concentrada no aumento das horas trabalhadas envolvidas para processamento da informação que, a priori, pode-se entender como aumento de custos de pessoal para estes escritórios de contabilidade, conforme também relatado por Zwirtes (2013).

Outra percepção negativa refere-se à dificuldade com parametrizações de seus sistemas de informação com o do próprio SPED. No trabalho de Neves Junior, Oliveira, & Carneiro (2011) essa dificuldade é descrita como um desafio à necessidade de conciliação entre as informações atuais e antigas para que haja sincronização eletrônica de dados. Esse tema, ou seja, a implantação do próprio SPED, é notado em um dos respondentes com descontentamento, como o plano de implantação dos módulos da própria Receita.

No que se refere a sistemas, também ficou claro que os respondentes veem necessidade de investimento em sistemas, o que, por sua vez, caso não se reflita em geração de receita, remete a uma perda de resultado e diminuição da geração de lucros do escritório de contabilidade, conforme também observado pelo trabalho de Zwirtes (2013). Não podemos deixar de notar que um dos respondentes salientou, entre os itens já mencionados, a necessidade de investimento também em processos, que entendemos como processos internos, dos clientes do escritório. No entanto, o respondente E entende que, uma vez vencidas as questões iniciais ligadas à parametrização, ocorrerá maior velocidade no processamento da informação de seus clientes e, desta forma, pode-se entender que o investimento em sistemas poderá trazer benefícios em termos de custos como também acurácia na informação e no fortalecimento dos controles. Os entrevistados também responderam que a amarração de informações melhora o controle da empresa e obriga que todas as informações sejam passadas à contabilidade, diminuindo o risco do contador.

Além disso, percebe-se que as respostas dos escritórios são concentradas no ponto de vista da qualidade da informação processada pelos escritórios de contabilidade, bem como da transparência por parte dos clientes, que são itens que diminuem o risco do profissional responsável pelas informações geradas. Outro ponto de vista positivo apontado foi o de maior controle por parte da Receita Federal do Brasil (2007), o que vemos como um benefício externo ao escritório de contabilidade, não sendo de usufruto dos mesmos.

Chama atenção o fato de que os respondentes não declararam a grande maioria da percepção dos benefícios elencados pela Receita Federal do Brasil (2007) e por Neves Junior, Oliveira, & Carneiro (2011). O mais próximo que os respondentes chegaram em termos de relato de benefícios por parte do SPED, ao comparar com os dados da Receita Federal do Brasil (2007),

e Neves Junior, Oliveira, & Carneiro (2011), foi no que se refere à segurança e qualidade da informação contábil e à diminuição dos riscos do profissional de contabilidade pela melhoria de processos e qualidade da informação-base para o registro contábil, como também foi apontado no trabalho de Faria, Finatelli, Geron, & Romeiro (2010).

Em termos de quais módulos SPED foram entendidos como mais desafiante, ficou evidente com base nas respostas obtidas que o módulos ECD (cinco respostas) seguidos por ECF (três respostas) e e-social (três respostas) . A baixo segue a descrição do que vem a ser a ser o módulo ECD:

- Livro Diário e seus auxiliares, se houver;
- Livro Razão e seus auxiliares, se houver;
- Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórios dos assentamentos neles transcritos. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2014).

Especificamente sobre o ECD, foi perguntado aos respondentes o motivo de ser visto como o mais desafiante e eles mencionaram, entre outras coisas, a dificuldade de migrar as informações contábeis dos seus sistemas como o plano referencial da Receita utilizada neste módulo. A isso se deve um volume adicional de retrabalho, segundo os respondentes, para arrumar a informação contábil na forma exigida pelo ECD. Este desafio é corroborado pelo trabalho de Neves Junior, Oliveira, & Carneiro (2011), já citado, que traz como desafio a conciliação dos dados atuais e antigos para que haja a sincronização eletrônica.

Outro ponto salientado pelos respondentes é o fato de que, uma vez que o SPED cruza os dados, o trabalho de análise contábil tem que ser minucioso de forma a executar um cruzamento entre as informações contábeis, fiscais, financeiras e previdenciárias, de modo que não fique evidente qualquer não conformidade da informação que poderia ser notada posteriormente pela Receita ou impedisse a finalização do envio de dados ao ECD. Também foi salientada pelos respondentes a preocupação a respeito dos controles internos dos clientes de forma que a fragilidade desses controles não ocasione riscos de atuações ou investigações fiscais por parte da própria Receita Federal.

Outros módulos foram destacados pelos respondentes como igualmente desafiante, a saber: os módulos ECF e e-Social, EFD Contribuição e EFD, ICMS, IPI, sobre os quais os respondentes salientaram que a principal dificuldade é a reunião de informações para o preenchimento de forma a respeitar o prazo de entrega estipulado pela Receita Federal. O controle de notas de entrada e saída, que depende do ambiente de controles internos dos clientes, e a comunicação desses clientes com os escritórios contábeis foram destacados como desafios adicionais para o preenchimento e a entrega dos módulos. Também foram apontadas pelos respondentes as dificuldades inerentes a sistemas por parte dos módulos e treinamento de pessoal como desafio à entrega desses módulos.

Ao ser serem questionados sobre quais áreas ligadas ao atendimento ao SPED tiveram maiores investimentos de forma a dar continuidade ao atendimento SPED , exceto o Departamento Financeiro, as áreas de Contabilidade, Fiscal e Departamento de Pessoal dos escritórios de contabilidade respondentes foram aquelas que receberam maiores investimentos. Assim como os departamentos contábil e fiscal tiveram a mesma percepção em termos de áreas mais impactadas pelo SPED, essas mesmas áreas serão aquelas que pela amostra receberão maiores

investimentos, seguidas pelo Departamento de Pessoal impulsionado pela obrigação do SPED e-Social.

Completando as respostas apresentadas, quatro escritórios responderam que a necessidade responder ao SPED de seus clientes não gerou novos serviços adicionais para o escritório de contabilidade, ou seja, o serviço não foi percebido pelo cliente e não gerou aumento de receitas para o escritório e, por enquanto, não aumentou a produtividade.

Dois escritórios afirmaram que que houve ingresso de novos serviços pois estes afirmaram que o SPED por si só foi um serviço que foi cobrado à parte. Dessa forma, o próprio atendimento ao SPED foi caracterizado como uma nova linha de serviços e geração de receita e destes, um escritório do grupo de respondentes, além de cobrar à parte pela entrega do SPED, incluiu o serviço adicional de mapeamento de processos aos clientes obrigados ao SPED.

Para os respondentes que informaram que não houve geração de serviço adicional pelo advento do SPED, os clientes desses escritórios têm a precificação de serviços mediante a quantidade de notas fiscais de entrada e saída e não por atividades como emissão de balanço patrimonial e ou declarações acessórias como o SPED. De forma que cada nova declaração fiscal como o SPED acaba por onerar o escritório, pois não há possibilidade de incluir o SPED no modelo de cobrança à parte. O escritório, segundo eles, tenta se valer de eficiência tecnológica de forma a empregar menor quantidade de horas de funcionários possível, melhorando a qualidade dos serviços, diminuindo custos e criando novos processos de forma a entregar um serviço com maior valor agregado aos clientes. Neste caso, a tecnologia aliada ao SPED melhora a eficiência e diminui custos.

A percepção dos escritórios em relação ao SPED é bastante diversa nos escritórios analisados. Alguns dos escritórios não perceberam a obrigação do SPED como benefício e, ao contrário, reportaram que isso só aumentou as obrigações do escritório contábil e aumentou custos. Outros, apesar de perceberem que há benefícios por conta do aumento de informação que deve ser cruzada, identificam que a quantidade de versões que são liberadas atrapalham o dia-a-dia do escritório e aumentam o retrabalho, causando também aumento de custos. Por fim, alguns dos escritórios conseguem visualizar que haverá uma melhora nas informações a longo prazo e está investindo em tecnologia de informação para conseguir suprir esta demanda de cruzamento das informações contábeis.

Pelas respostas apresentadas, a percepção dos respondentes, no geral, é negativa para os escritórios de contabilidade e também podemos perceber uma certa necessidade de uma interlocução melhor entre os escritórios de contabilidade e a Receita, principalmente, no que se refere a prazos e à plataforma de um modo geral.

5 Considerações Finais

Os serviços profissionais de contabilidade, principalmente aqueles que terceirizam serviços, vêm sendo impactados de forma importante por conta da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), criando um ambiente de desafios para as empresas de serviços contábeis, como o negócio em si, os sócios e funcionários, conforme a pesquisa de (Ruschel, Frezza, & Utzig, 2015).

A contabilidade, como em toda a sua trajetória, utilizou os fatores de mudança para se moldar às necessidades de informação da empresa e, seguindo sempre a regulamentação governamental, se adaptar as exigências das obrigações acessórias impostas pelo fisco. Como já foi descrito anteriormente, Iudicibus, Martins, & Carvalho (2005) enfocam que a atividade de contabilidade é um campo de conhecimento para formação dos agentes decisórios nos mais variados níveis. É fruto do estudo dos fatos econômico-financeiros de uma entidade, portanto, dependente de seu ambiente e das suas imposições regulatórias. Ainda segundo Iudicibus, Martins, & Carvalho, (2005), a atividade de contabilidade, como sistema de escrituração como hoje conhecemos, surgiu por meio da interação e da integração de um considerável número de eventos e fatores históricos, contando com a participação de vários povos e civilizações.

Diante da necessidade de adaptação da contabilidade perante às constantes mudanças nas obrigações impostas pela Receita Federal, o objetivo deste artigo foi identificar quais efeitos, na percepção dos gestores de escritórios de contabilidade, em relação ao aumento ou diminuição de serviços e impacto em novos serviços, ocorridos nos departamentos de contabilidade, fiscal, departamento pessoal, informática e financeiro em seus escritórios mediante a necessidade de atender as obrigações do SPED de seus clientes, tendo como base entrevistas a escritórios contábeis no Rio de Janeiro.

Dessa forma, foi observado que o atendimento ao SPED trouxe inicialmente aos escritórios necessidades de investimentos em sistemas e pessoas. O atendimento ao SPED levou aos escritórios de contabilidade a ter um aumento considerável retrabalho por causa das mudanças de layout dos programas de entrega da declaração, aumento de custos relacionados a horas extras, necessidade de contratação de pessoal com maior qualificação e investimento em sistemas e tecnologia de informação. Muitos dos custos e horas extras revelados na pesquisa devem-se não só ao programa SPED mas também a problemas ligados a parametrizações de sistemas. De modo geral, os custos e investimentos ocorridos nos escritórios de contabilidade não se transformaram até o presente momento em oportunidades de novas linhas de serviços e incremento da receita.

Por outro lado, foi percebido por parte dos sócios e gestores dos escritórios de contabilidade consultados que o SPED trouxe maior segurança no que se refere à segurança da informação e sua qualidade, pois o SPED criou um ambiente menos propício a riscos de fraudes. E o contínuo investimento em sistemas e pessoas poderá trazer um ambiente de serviço de melhor valor agregado e menos trabalhos manuais ainda executados por esses escritórios.

Este trabalho tem implicações práticas para os sócios e gestores de escritórios de serviços contábeis pesquisados pois, independentemente de seu tamanho e tempo de existência, traz uma visão das necessidades comuns de investimento nesses escritórios de contabilidade face a necessidade de atendimento ao SPED. É importante salientar que a estratégia do cruzamento e investigação eletrônica de dados (onde o SPED está baseado) por parte das autoridades fazendárias no Brasil é uma tendência irrevogável. Desta forma, os atuais e futuros empresários e gestores contábeis deverão se preparar e se manterem preparados para este cenário. De forma geral, a pesquisa levou à conclusão de que muitos dos problemas revelados devem-se à necessidade de melhorar a parametrização sistêmica dos escritórios de contabilidade.

A principal limitação a este estudo é a quantidade de dados analisados. Certamente, um número maior de respondentes poderá trazer um maior aprofundamento às conclusões apresentadas ou, até mesmo, chegar a outras conclusões com maior embasamento.

Por fim, é possível aprofundar em pesquisas futuras os motivos elencados pelos respondentes no que se refere às percepções positivas e negativas a respeito do SPED, também como forma de aprofundamento sobre a questão apresentada e no impacto do contínuo investimento em pessoas e tecnologia para continuidade do atendimento ao SPED. O investimento em pessoas e tecnologia forma o ambiente propício para inovações em serviços. Pesquisas futuras a fim de confirmar se esses investimentos relatados serão suficientes para inovar o ambiente de serviços contábeis poderão ser de grande aproveitamento para gestores de escritórios contábeis e demais interessados sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (2007). *Decreto n. 6.022 de 22 de janeiro de 2007 que Institui o Serviço Público de Escrituração Digital - SPED*. Brasília, DF: Governo Federal.
- Diniz, E. H., Barbosa, A. F., Junqueira, A. R., & Prado, O. (Jan/Fev de 2009). O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *Revista de Administração Pública*, pp. 23-48.
- Faria, A. C., Finatelli, J. R., Geron, C. M., & Romeiro, M. D. (2010). SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED. *10. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. São Paulo, SP: Fipecafi.
- Gaspareto, V. (Jul/dez de 2004). O Papel da Contabilidade no Provimento de Informações para a Avaliação do Desempenho Empresarial. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, pp. 109-117.
- Iudicibus, S., Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005). CONTABILIDADE: ASPECTOS RELEVANTES DA EPOPÉIA DE SUA EVOLUÇÃO. *Revista de Contabilidade e Finanças*, pp. 7-19.
- Medeiros, P. H., & Guimaraes, T. d. (Out/Dez de 2005). Contribuições do Governo Eletrônico para a Reforma Administrativa e a Governanças. *Revista do Serviço Público*, pp. 449-464.
- Neves Junior, I. J., Oliveira, C. M., & Carneiro, E. E. (2011). Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal. *8 Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade* (pp. 1-17). São Paulo - SP: Fipecafi.
- Receita Federal do Brasil. (2014). *Sistema Público de Escrituração Digital - O que é*. Fonte: O que é: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>
- Receita Federal do Brasil. (2015). *Sistema Público de Escrituração Digital - Módulos*. Fonte: Módulos Sped: <http://sped.rfb.gov.br/projeto/show/267>
- Receita Federal do Brasil. (27 de 05 de 2015). *Sped - Sistema Público de Escrituração Digital*. Fonte: Receita Federal do Brasil: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/sped-sistema-publico-de-escrituracao-digital/sped-sistema-publico-de-escrituracao-digital>

Receita Federal do Brasil. (2017). *SPED - Sistema Público de Escrituração Digital*. Fonte: Receita Federal do Brasil: [Http://sped.rfb.gov.br/item/show/965](http://sped.rfb.gov.br/item/show/965)

Ruschel, M. E., Frezza, R., & Utzig, M. J. (2015). *Implantação do EFD Social para os Profissionais de Escritório de Contabilidade*. Unijui: Universidade Regional de Unijui.

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. D. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. Porto Alegre: AMGH.

Severino, A. J. (2014). *Metodologia do Trabalho Científico*. Sao Paulo: Cortez.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e Metodos*. Porto Alegre: Bookman Editora.

Zwiter, A. (2013). *Os impactos causados pela inovação tecnológica nos escritórios de contabilidade do Rio Grande do Sul*. Vale dos Sinos: Unisinos.